

SUBVERSÃO, CENSURA E SILENCIAMENTO QUEER: UMA ANÁLISE DE EUDEMÔNIA, DE CASSANDRA RIOS

SUBVERSION, CENSORSHIP, AND QUEER SILENCING: AN ANALYSIS OF CASSANDRA RIOS' EUDEMÔNIA

Daiane Fernanda dos Santos BENETTI¹

Natacha dos Santos ESTEVES²

Wilma dos Santos COQUEIRO³

RESUMO: Este artigo investiga a literatura lésbica produzida por Cassandra Rios, tomando *Eudemônia* (1959) como objeto central, para analisar como a obra articula resistência diante do silêncio, da censura e da repressão impostos pela Ditadura Civil-Militar brasileira. A partir do problema do apagamento da lesbianidade e da violência institucional direcionada a expressões dissidentes de sexualidade, o estudo examina como o romance tensiona discursos normativos e evidencia formas de resistência *queer* em um contexto de vigilância moral e política. O artigo sustenta que Cassandra Rios subverte normas patriarcais e produz uma escrita de resistência que confronta a matriz heteronormativa ao construir personagens lésbicas complexas, erotizações que desafiam moralidades prescritivas e enunciados que rompem com a lógica da invisibilização.

PALAVRAS-CHAVE: Cassandra Rios. Literatura lésbica. Censura. Ditadura militar. Teoria *queer*.

ABSTRACT: This article investigates the lesbian literature produced by Cassandra Rios, taking *Eudemônia* (1959) as its central object, to analyze how the work articulates resistance in the face of the silence, censorship, and repression imposed by the Brazilian civil-military dictatorship. Starting from the problem of the erasure of lesbianism and the institutional violence directed at dissident expressions of sexuality, the study examines how the novel challenges normative discourses and highlights forms of queer resistance in a context of moral and political surveillance. The article argues that Cassandra Rios subverts patriarchal norms and produces a writing of resistance that confronts the heteronormative matrix by constructing complex lesbian characters, eroticizations that challenge prescriptive moralities, and statements that break with the logic of invisibility.

KEYWORDS: Cassandra Rios. Lesbian literature. Censorship. Military dictatorship. Queer theory.

1. Graduanda do Curso de Letras da UNESPAR/Campus de Campo Mourão, Paraná, Brasil. Desenvolve pesquisa de iniciação científica intitulada "Silêncio, subversão e o apagamento queer na ditadura militar pelo viés literário: um estudo sobre a ficção de Cassandra Rios". E-mail: dfbenetti@gmail.com. [ORCID](#)

2. Mestre em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil. Doutoranda em Estudos Literários pelo mesmo programa. Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da CAPES. E-mail: natachaestevescm@gmail.com. [ORCID](#)

3. Doutora em Letras/Estudos Literários (UEM). Docente Associada do Colegiado de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da UNESPAR/Campus de Campo Mourão, Paraná, Brasil. E-mail: wilma.coqueiro@ies.unespar.edu.br. [ORCID](#)

Considerações iniciais

As discussões contemporâneas acerca das identidades dissidentes de gênero e da sexualidade encontram no pensamento *queer* um importante ponto de partida para a compreensão dos processos históricos de resistência e apagamento que marcaram o século XX. Segundo Miskolci (2017), o que compreendemos atualmente como *queer*, enquanto posicionamento político e teórico, surgiu como uma crítica à ordem sexual contemporânea, vinculando-se a movimentos contraculturais e às mobilizações sociais da década de 1960, reorganizando-se posteriormente nos anos 1980, após a reação social à epidemia de AIDS. No contexto brasileiro, essa crítica emergiu em meio a “uma ordem política e social que girava em torno de um poder predominantemente masculino” (Miskolci, 2017, p. 10), o que contribuiu diretamente para o silenciamento e a censura das expressões literárias e artísticas *queer*.

A lesbianidade, em particular, ocupa lugar ainda mais marginalizado dentro da história literária brasileira. Como afirma Polesso (2018, p. 4), “há uma lacuna no campo literário quanto à autoria e representação da homossexualidade de mulheres na literatura, lacuna promovida por esquecimentos e apagamentos”. A autora ainda destaca que pensar “a literatura acoplada ao adjetivo lésbica cria múltiplas possibilidades e recortes para um novo entendimento das suas produções em termos de representação ficcional, autoria e de fortalecimento social de um grupo” (2018, p. 5). Ao mapear autoras e obras que expressam experiências lésbicas no Brasil, Polesso (2018) demonstra que esse percurso foi historicamente fragmentado e marcado pela exclusão, mesmo quando se trata de escritoras de grande relevância, como Cassandra Rios.

Durante a Ditadura Militar (1964–1985), tais apagamentos foram intensificados por meio de mecanismos estatais de controle. Carneiro (2002) e Reimão (2011) explicam que a censura atuou simultaneamente como instrumento político e moral, atingindo de forma incisiva produções consideradas dissidentes e contrárias ao ideal normativo de sociedade. O caso de Cassandra Rios é exemplar: autora lésbica assumida, com forte expressão literária voltada à sexualidade feminina, teve 36 de suas 50 obras censuradas, sendo impedidas de circular e reiteradamente apagadas do panorama editorial brasileiro.

Nesse cenário, destaca-se o romance *Eudemônia* (1959), publicado no período pré-ditatorial, mas posteriormente alvo de censura durante a Ditadura Civil-Militar, que narra a trajetória de Eudemônia Forbes, uma mulher de 28 anos internada em uma clínica psiquiátrica a mando do pai após uma crise envolvendo sua companheira Mila. A obra problematiza diretamente a patologização da homossexualidade e a tentativa de silenciamento da protagonista por figuras masculinas de autoridade. Em um dos momentos centrais da narrativa, a personagem afirma: “se não podem curar-me, é porque não estou doente. De que adianta falar durante horas e horas, contar e recontar minha vida, falar de coisas que não influenciam nada e depois encerrar-me neste cubículo” (Rios, 1959, p. 51). A partir dessa construção literária, Rios evidencia as formas de opressão impostas às mulheres lésbicas e denuncia a violência simbólica e institucional que marcou o período pré-ditatorial, que se intensificaria nos anos seguintes.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre como a literatura feminina, especialmente a literatura lésbica, foi silenciada durante a Ditadura Civil-Militar, tomando *Eudemônia* como eixo central de análise. Busca-se compreender de que maneira a obra contribui para a formação de uma identidade *queer* brasileira, ao mesmo tempo em que evidencia os mecanismos históricos de apagamento das minorias sexuais e de gênero. Para isso, mobilizam-se referenciais que discutem censura e silenciamento (Carneiro, 2002; Reimão, 2011), bem como aportes teóricos dos estudos *queer* e feministas (Miskolci, 2017; Polesso, 2018; Figueiredo, 2020).

Metodologicamente, a pesquisa se desenvolve por meio de análise bibliográfica e leitura crítica do romance *Eudemônia*, relacionando-o a debates sobre identidade, representação, censura e construção do cânone. Assim, pretende-se contribuir para o resgate crítico da obra de Cassandra Rios, evidenciando a relevância da literatura como espaço de resistência e contestação diante da opressão institucionalizada que marcou a história cultural brasileira.

Censura, silêncio e violência simbólica

De partida, Cassandra Rios, na obra *MezzAmaro, Flores e Cassis: o pecado de Cassandra* (2000) já direciona o teor de sua produção literária: “meus livros têm cheiro de gente atrás das grades, mas são provas da liberdade que outros conseguiram com as minhas torturas” (p. 153). A partir dessa afirmação violenta e ao mesmo tempo reveladora, evidencia-se a dimensão política e subjetiva da escrita da autora, que foi sistematicamente vigiada, silenciada e punida nesse período em que a censura, que incidiu sobre corpos, desejos e narrativas dissidentes, não operou apenas como um dispositivo de controle estatal, mas também como um mecanismo de apagamento da experiência *queer* e de contenção das possibilidades de existência pública da lesbianidade. Nesse cenário, a literatura surge tanto como alvo quanto como exemplo de resistência, lugar de inscrição de subjetividades interditas e de tensionamento das fronteiras impostas pela moral conservadora e pelos aparelhos repressivos.

De acordo com Sopelsa (2022), a Ditadura Civil-Militar brasileira ficou marcada na história e na memória do país, configurando-se como um dos períodos mais intensos de repressão já vividos no Brasil. O regime, de caráter autoritário, restringiu direitos básicos, controlou rigidamente a circulação de informações e perseguiu aqueles que se opunham às suas diretrizes. Instaurado por meio de um golpe de Estado, esse intervalo histórico tornou-se amplamente reconhecido pela violência institucionalizada e pelo uso sistemático da tortura, além da implementação de Atos Institucionais que legitimavam a perseguição a grupos considerados subversivos, ou seja, que apresentavam ideais contrários ao regime.

Ao falarmos de censura, entendemos que nem sempre ela é direta e explícita; a princípio, funciona de forma sutil, até alcançar o controle total sobre as formas de expressão, arte e escrita, como Ignácio de Loyola Brandão retrata em sua obra *Não verás país nenhum* (1981), ambientado

em um país pós-ditadura que ao invés de se reerguer, apenas retrocedeu, retratando sociedades autoritárias, vigilância e perda de liberdade. Conforme Belinaso, “[...] a censura assim como a violência simbólica fizeram parte dos projetos políticos articulados em diferentes momentos da nossa história” (Belinaso, 2020, p. 30), e sabe-se que a postura autoritária e controladora do governo não é recente, sendo a censura uma de suas principais ferramentas de atuação que fazem

[...] parte de um aparelho de coerção e repressão que, muito mais do que afetar a circulação de alguns bens culturais, restringia a produção e circulação da cultura, implicando uma profunda mudança no exercício da cidadania e da cultura (Reimão, 2014, p. 88).

Segundo Sopelsa (2022), a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), criada pelo Decreto nº 70.665 em 1972, atribuía ao Departamento de Polícia Federal a função de censurar diversões públicas, embora ainda não incluísse livros. A partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5, vigente até 1978, a censura tornou-se mais rígida, proibindo manifestações contrárias ao regime vigente, fosse manifestação pública ou artística, intervenção dos municípios e estados, além da suspensão do *habeas corpus* e de direitos políticos. O AI-5 justificava essas medidas como necessárias para garantir a ordem, a segurança e a estabilidade social da chamada Revolução Brasileira.

Reimão (2011) ainda completa que a lei não previa, mas é de saber histórico que este foi o período de início de perseguições, prisões, torturas, estupros, desaparecimentos, sequestros, assassinatos e muitos exílios de quem tinha condições para tal. Qualquer ato tido como ilegal era punido:

Nos dez anos de vigência do AI-5 (de 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978), segundo estimativas apresentadas por Zuenir Ventura, 1607 cidadãos foram atingidos diretamente e explicitamente por este Ato com punições – como cassação, suspensão de direitos políticos, prisão e/ou afastamento do serviço público. No que tange ao cerceamento da produção artística e cultural, nos dez anos de vigência do AI-5 foram censurados, ainda segundo dados apresentados por Zuenir Ventura, ‘cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas’. (Reimão, 2011, p. 24-25).

É de comum acordo que a escrita sempre será símbolo de resistência, pois, “foi utilizando a linguagem que Cassandra Rios conseguiu se inserir em espaços que a excluíam, apontou as perversões existentes na sociedade e sofreu ameaças por defender o que acreditava não ser nada além do normal” (Sopelsa, 2022, p. 20). Todavia, aos olhos de ditadores, Cassandra Rios era pornográfica e nociva aos bons costumes. Por esse motivo, segundo Reimão (2014), nos anos 1960 e 1970, foi uma das campeãs de vendagem, pois “seus livros, considerados eróticos ou francamente pornográficos, eram lidos às escondidas por adolescentes e adultos. Eram livros fortes que misturavam política, negociatas e sexo, muito sexo. E como tais eram lidos” (p. 83). Sofrendo diversos processos que chegaram a atingir além de sua escrita, mas também Rios como figura pública:

Por determinação da Procuradoria Geral da Justiça, a Delegacia de Costumes expediu ordem de serviço aos seus agentes, no sentido de que a escritora Cassandra Rios seja localizada, presa e conduzida àquela especializada, para ser indiciada em inquérito por crime de corrupção. Cassandra é autora de vários livros, todos eles de natureza pornográfica (Última Hora, 1962, p. 2)⁴.

E com a obra *Eudemônia*, objeto de análise deste artigo, não foi diferente:

[...] Prende-se o inquérito à publicação, por Cassandra Rios, de um livro intitulado: *Eudemônia*, que as autoridades consideram pornográfico. Os exemplares já foram apreendidos pela Polícia. [...] [Alberto Silva Franco] nega haver ameaça de prisão de Cassandra Rios, acentua que não se acha ela ameaçada de coação legal (Diário do Paraná, 1962, p. 2)⁵.

Para Oliveira, Pinto, Pena e Costa (2009), a pornografia corresponde não a uma representação de um ato sexual, mas ao ato sexual em si. Dado que é punido o uso de palavras e expressões que constituem atos de assédio sexual, a pornografia deveria ser igualmente punida. A sexualidade é vista como um dos domínios da opressão numa cultura masculinizada. Essa perspectiva, segundo a qual a pornografia não constitui uma representação, mas o próprio ato sexual, permite compreender mecanismos que contribuíram para o enquadramento da obra de Cassandra Rios como material obsceno e moralmente condenável. Ao colapsar linguagem e ação, tal concepção sustenta a ideia de que textos eróticos seriam, em si mesmos, práticas sexualmente desviantes, legitimando, assim, formas de censura que se pretendem protetoras da moral pública.

Nesse contexto, o erotismo lésbico da autora, longe de ser reconhecido como elaboração literária, foi reduzido à categoria de pornografia perigosa, reforçando uma leitura patologizante da homossexualidade feminina e apagando a dimensão política e contestatória de sua escrita. Assim, a recepção hostil à autora evidencia como categorias como obscenidade ou imoralidade funcionam historicamente como dispositivos ideológicos que regulam o que pode ser dito sobre o desejo, especialmente quando esse desejo é feminino e desafia a heteronormatividade e a ordem patriarcal.

Nesse sentido, é válido dizer que a teoria *queer* defendida por Miskolci (2017) teve suas origens históricas na década de 1980, como dito anteriormente, mas se inseriu em um cenário aberto pelos novos movimentos sociais surgidos duas décadas antes, sobretudo o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, o movimento feminista e o movimento homossexual. O autor afirma que, “esses movimentos que ganham força e visibilidade na época da contracultura costumam ser associados à emergência de novos sujeitos históricos que passam a demandar direitos e também influenciar a produção de conhecimento” (Miskolci, 2017, p. 13).

4. Ver: SOPELSA, Aline. *Da censura aos livros de Cassandra Rios na ditadura militar ao ultraconservadorismo do sexênio 2016-2021: relações entre gênero, educação e literatura* – Curitiba, 2022.

5. *Ibidem*.

No cenário brasileiro, especialmente durante o regime ditatorial, tornou-se urgente questionar normas e práticas que regulavam identidades e expressões sexuais. É nesse cenário que se justifica recorrer à teoria *queer* como base analítica, pois ela surge como uma crítica às estruturas de poder que moldam gênero e sexualidade. Conforme explica Miskolci (2017), aquilo que hoje chamamos *queer*, tanto na dimensão política quanto teórica, emergiu das tensões sociais e das reivindicações dos novos movimentos sociais da década de 1960, configurando-se como uma perspectiva que desafia a normatividade sexual e de gênero:

O novo movimento *queer* voltava sua crítica à emergente heteronormatividade, dentro da qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outr@s, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo. O *queer*, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo (Miskolci, 2017, p. 25).

Essa perspectiva, ao emergir ligada às lutas dos chamados novos movimentos sociais, convida-nos a compreender como dispositivos de censura e controle atuaram sobre corpos e dissidências sexuais. Ao investigar as relações entre teoria *queer*, censura e regimes autoritários, torna-se evidente que as disputas em torno do gênero e da sexualidade nunca foram apenas questões individuais, mas parte de um mecanismo disciplinar que opera na construção dos corpos e na manutenção da ordem social. Como afirma Miskolci (2017), a teoria *queer* lida com o gênero como algo cultural, assim, masculino e feminino estão em homens e mulheres, pois são relacionados a normas e convenções culturais que variam no tempo e de sociedade para sociedade. Esse entendimento evidencia que a normatividade de gênero, aparentemente natural, é, na verdade, o resultado de convenções históricas que, em períodos de exceção, como a Ditadura Civil-Militar brasileira, foram rigidamente policiadas pelo Estado.

A censura, enquanto tecnologia de poder, atuou não apenas para controlar discursos políticos, mas também para silenciar autores, artistas e sujeitos cujas existências desafiassem a ordem sexual hegemônica. Tal controle reverbera o que o autor descreve ao afirmar que “na esfera do desejo e da sexualidade, a ameaça constante de retaliações e violência nos induz a adotar comportamentos heterossexuais” (Miskolci, 2017, p. 35). Durante o período ditatorial, essa indução tornou-se política de Estado, e qualquer representação dissidente, dos romances de Cassandra Rios às expressões artísticas de diversas outras minorias, era marcada como ofensiva, perigosa ou moralmente inadequada, justificando sua interdição.

Compreender esse processo exige reconhecer que a sexualidade envolve dimensões profundas da subjetividade. Como aponta o autor,

A sexualidade envolve desejo, afeto, autocompreensão e até a imagem que os outros têm de nós. A sexualidade tende a ser vista, por cada um de nós, como nossa própria intimidade, a parte mais reservada, às vezes até secreta, de nosso eu (Miskolci, 2017, p. 43-44).

Ao intervir diretamente em produções que falavam de direitos, sexualidade e corpos femininos, o regime militar não apenas censurava discursos, mas também produzia efeitos subjetivos duradouros, moldando medos, silêncios e estratégias de ocultamento que ainda reverberam na experiência de corpos dissidentes. Esse processo se intensificou quando observamos que a abjeção⁶ acaba sendo maior na via sexualidade porque ali se unem esses sentimentos mais profundos, em que a pessoa se sente mais em confronto com a ordem social.

Assim, no âmbito da teoria *queer*, Judith Butler (2018) contribui para pensar os processos de resignificação de identidades historicamente marginalizadas. Nessa direção, *queer* pode ser entendido como a “manipulação de significados em torno de um insulto que passa a ser resignificado” (Oliveira et al., 2009, p. 22). Como observa Richard Miskolci, “[...] a abjeção é, portanto, facilmente associada à sexualidade” (2017, p. 44).

Durante a ditadura, a censura institucionalizou essa abjeção, transformando o desejo não-heterossexual em algo potencialmente criminoso, imoral ou subversivo. O controle estatal reforçava a ideia de que determinados corpos eram indignos, desviantes ou contaminadores, ecoando a própria definição de abjeto: “o abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador ou nauseante” (Miskolci, 2017, p. 44).

Essa lógica não se limitou à censura de obras, mas também afetou a percepção pública da homossexualidade, como a história da epidemia de HIV/AIDS demonstra. Miskolci (2017) ainda afirma que, em nossa sociedade, o desejo por pessoas do mesmo sexo tende a ser visto como algo abjeto, e esse fato ajudou a caracterizar a eclosão da epidemia de HIV/AIDS na década de oitenta, como um pânico sexual, uma reação contra a homossexualidade. Esse pânico ecoa, em muitos sentidos, a lógica de perseguição estatal instaurada durante a ditadura, quando o medo da diferença era mobilizado politicamente para reforçar a moral conservadora.

Nesse processo, corpos que desafiam normas de gênero tornam-se alvos centrais de violência, pois,

A experiência da abjeção deriva do julgamento negativo sobre o desejo homoerótico, mas sobretudo quando ele leva ao rompimento de padrões normativos como a demanda social de que gays e lésbicas sejam ‘discretos’, leia-se, não pareçam ser gays ou lésbicas, ou, ainda, de que não se desloquem os gêneros ou se modifique os corpos, o que, frequentemente, torna meninos femininos, meninas masculinas e, sobretudo, travestis e transexuais vítimas de violência (Miskolci, 2017, p. 45).

Por fim, não podemos ignorar que tais práticas se sustentaram historicamente na patologização das dissidências. Como lembra o autor “expressões de desejo e de gênero foram patologizadas e, portanto, vistas como doença mental. A própria homossexualidade só foi retirada do Manual de Diagnósticos de Doenças Psiquiátricas em 1973” (Miskolci, 2017, p. 49).

6. Ver: BUTLER, Judith. *Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. Trad. Renato Aguiar. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

“Se não podem curar-me, é porque não estou doente”: *Eudemônia*

De acordo com Sopelsa (2022), as obras de Cassandra Rios abordavam predominantemente o romance entre mulheres, expondo de maneira direta e sem idealizações relações marcadas por amor, interesse, manipulação ou desejo sexual. Suas personagens eram construídas com complexidade e verossimilhança fortes e frágeis, amantes e manipuladoras, jovens e adultas, solteiras ou casadas, fiéis ou traidoras, contemplando múltiplas vivências lésbicas, como a mulher casada com um homem, a lésbica identificada como caminhoneira, aquela que reproduz uma noção normativa de feminilidade e reage com agressividade às que dela escapam, ou ainda a mulher que deseja outra, mas se retrai por medo. Essa pluralidade não se apresenta apenas como diversidade temática, mas como tensão constitutiva da subjetividade, na medida em que cada posição ocupada pelas personagens revela modos distintos de negociação com normas sociais, como no trecho em que *Eudemônia* diz: “Vou renunciar à única razão de minha vida para que no diagnóstico escrevam esta palavra: Normal. Sufocarei a voz do meu instinto e serei indiferente, fútil, banal, vazia... uma mulher comum” (Rios, 1959, p.179).

Nesse sentido, Cassandra Rios tornou-se amplamente conhecida por escrever majoritariamente romances lésbicos, sendo a primeira autora a alcançar a marca de um milhão de exemplares vendidos no Brasil, e ao mesmo tempo, foi a escritora mais censurada durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, enfrentando a repressão estatal em defesa de suas personagens e de sua própria voz autoral, e “foi utilizando a linguagem que Cassandra Rios conseguiu se inserir em espaços que a excluía, apontou as perversões existentes na sociedade e sofreu ameaças por defender o que acreditava não ser nada além do normal” (Sopelsa, 2022, p. 20). Essa contradição entre circulação e repressão se materializa na própria diegese de *Eudemônia*, quando a protagonista é internada compulsoriamente: “*Eudemônia* compreendeu, muito embora não o tivesse visto uma só vez, que seu pai agira por trás de tudo, arrumando advogado e naturalmente também médico” (Rios, 1959, p.19-20). O trecho marca como instâncias familiares e institucionais operam conjuntamente na regulação dos corpos dissidentes, deslocando o conflito do plano individual para um dispositivo mais amplo de controle social.

Conforme argumenta Lauretis (1994), o gênero opera como uma tecnologia que produz posições de sujeito e delimita as formas possíveis de existência, de modo que práticas e identidades não emergem como escolhas individuais, mas como agenciamentos dentro de relações de poder. Essa operação torna-se visível no processo de interpelação constante sofrido pela personagem, como no trecho: “Ela era constantemente questionada pelos médicos até o esgotamento sobre certas familiaridades das duas” (Rios, 1959, p.21). Aqui, o discurso médico não apenas investiga, mas produz a própria identidade desviada, reiterando a lesbianidade como problema a ser decifrado e corrigido.

Nessa perspectiva, a lesbianidade na própria figura autoral de Cassandra Rios e em *Eudemônia* podem ser compreendidas como um agenciamento possível dentro de uma ordem repressiva e heteronormativa, e não como mera transgressão voluntária. Essa leitura complementa

o que observa Sopelsa (2022): ao utilizar a linguagem como instrumento de inserção em espaços que a excluía, Rios denunciou as perversões da sociedade e enfrentou ameaças por defender aquilo que considerava simplesmente normal. Sua escrita, portanto, evidencia a disputa por posições discursivas e mostra como o sujeito negocia, reinventa e tensiona as tecnologias de gênero que tentam silenciá-lo.

Cassandra Rios acreditava que sua escrita poderia algum dia contribuir para o crescimento da literatura brasileira, assim como para a representatividade LGBTQIAPN+, que se sentiria vista e acolhida por suas obras, que, para muito além de tratarem do erotismo feminino homoafetivo, também tratam do seu cotidiano, das formas diversas de ser e existir e fazem críticas a estereótipos e pensamentos retrógrados existentes na sociedade da época e que ainda são muito atuais. Por esse motivo, a autora não dava muita atenção às críticas e usava como justificativa “[...] o fator de que a obra não havia sido lida corretamente e que os críticos estariam apenas à procura de sexo e palavões para assim maldizerem seus livros” (Sopelsa, 2022, p. 52).

Apesar de ser uma escritora polêmica, ao dar entrevistas, era Odete Rios quem falava, uma mulher reservada e moralista, que demonstrava desconforto com as perguntas feitas para Cassandra, desviando o assunto com frequência. Odete criou o pseudônimo para assumir essa identidade subversiva. A autora era assumida, mas não gostava de falar da sua sexualidade, matrimônio ou processos que sofreu: “é mais fácil – e mais seguro – esconder-se na pessoa de Odete Rios” (Gandara, 1974, p. 55). Há quem diga que esse era um mecanismo de defesa da autora após tantas represálias associadas a seu nome, pois ela sabia que tudo o que dissesse poderia ser usado contra ela; então, mantinha sua vida pessoal e ideais para si, deixando sua militância e críticas apenas para suas obras.

Eudemônia, de Cassandra Rios, publicado originalmente em 1959, é um romance pioneiro na representação da lesbianidade na literatura brasileira e da censura no país, publicado pela primeira vez quando a autora tinha apenas 17 anos, sendo sua segunda publicação. A obra narra a história de Eudemônia Forbes, uma jovem milionária internada em um hospital psiquiátrico por imposição do pai, como o próprio médico de Eudemônia afirma: “Prometi a seu pai que você não iria para a prisão. Você não pode ir para lá de jeito nenhum, prometi também que faria de você uma mulher igual às outras...” (Rios, 1959, p.35), após sua internação em um hospital psiquiatra por uma tentativa de assassinato motivada por um amor frustrado, essa enunciação explícita a função disciplinadora das práticas psiquiátricas, que visam não apenas tratar, mas reconduzir o sujeito à norma heterossexual, reafirmando o gênero como tecnologia reguladora.

No ambiente de confinamento e vigilância, ela se envolve afetiva e eroticamente com a Dra. Mélsia, sua psiquiatra, desafiando as normas morais e sexuais da época. O romance é um dos únicos da autora que proporciona uma versão de um possível final feliz para a relação entre as duas personagens, celebrando o amor homoafetivo. Segundo a teoria das relações de poder de Foucault, apresentada em *História da Sexualidade I* (2014), o poder não é uma instituição nem uma estrutura, tampouco uma potência da qual alguns indivíduos seriam dotados; trata-se, an-

tes, do nome dado a uma situação estratégica complexa que atravessa uma sociedade em determinado momento histórico. Nesse sentido, o hospital psiquiátrico pode ser compreendido como um dispositivo de poder-saber, que não atua apenas como espaço de cuidado e tratamento, mas também como dispositivos de controle que, sob a lógica terapêutica, regulam comportamentos e instituem critérios de normalidade e desvio, legitimando intervenções sobre corpos dissidentes:

Tinha então ímpetos de gritar que não estava louca, que não era necessária a electrodermia, que deveria estar ali, que não precisava tomar injeções, que não a obrigassem a contar aquela cena tantas e tantas vezes, que parassem com as perguntas que se repetiam após intervalos curtos em que ela ficava só, a remoer seus pensamentos. E não fôra capaz de explicar o que se passara, seus pensamentos perdiam-se numa lacuna sombria que se fizera em sua mente. (Rios, 1959, p. 21).

Sabendo disso, em *Eudemônia*, Rios busca dar visibilidade a essas práticas, mostrando como elas são equivocadas e violentas, destacando a lucidez nos diálogos da personagem, que em certos momentos coopera com o tratamento numa tentativa de reverter seu diagnóstico e ser livre: “não quero tratamentos por choques nem banhos estáticos ou qualquer outra coisa elétrica. [...] Se estou realmente doente prometo que os ajudarei a resolver meu caso, com essa condição” (Rios, 1959, p. 168).

Em meio à repressão, à medicalização compulsória e ao interrogatório constante, o que se evidencia são mecanismos de controle travestidos de tentativa de cura. O silêncio, nesse contexto, não se configura apenas como ausência de fala, mas como um processo de apagamento subjetivo, marcado pela fragmentação da identidade que se expressa na lacuna sombria de sua mente. É a partir desse esvaziamento que *Eudemônia* passa a refletir sobre sua própria condição de marginalidade, percebendo-se como um corpo deslocado, sem espaço no mundo que se autodenomina são, mas que sustenta sua normalidade à custa da repressão dos desejos e da negação das diferenças:

Eudemônia considerou que realmente ela teria que viver escondida, ela era o ser estranho querendo habitar entre tanta gente diferente. Não havia lugar para ela no mundo dos que se julgam sãos só porque conseguem esconder seus instintos e refrear seus impulsos (Rios, 1959, p. 22-23).

A passagem reforça esse conflito entre a subjetividade lésbica e a norma social, apontando para a patologização e exclusão das identidades dissidentes. Como observa Reimão (2011), a censura durante a Ditadura Civil-Militar foi especialmente severa com obras que tratavam de sexualidade, sendo *Eudemônia* um dos livros de Rios que nunca recebeu anistia. Isso demonstra o incômodo político e moral causado por sua escrita. Essa relação pode ser observada em *Eudemônia* na insistência em tratar a sexualidade da personagem como uma doença ou um desvio de caráter, e na voz de resistência que a autora confere à protagonista, que, ao longo de toda a obra, questiona e desafia as afirmações médicas, como no trecho: “se não podem curar-me, é porque não estou doente” (Rios, 1959, p. 51), ou na afirmação:

Não! Definitivamente não estava louca. Estava sim enfraquecida pelos aborrecimentos por que passara querendo apegar-se às coisas mais absurdas, como para livrar-se daquela solidão. Daquele pavor ao qual ela se negava a reconhecer: ao de ser uma prisioneira. [...]
– Idiotas... Imbecis... Loucos são vocês... ignorantes... médicos de meia tigela (Rios, 1959, p. 42).

Essa censura não se restringia ao conteúdo obsceno, mas refletia, como aponta Carneiro (2002), no silenciamento histórico de minorias sexuais e de gênero em uma sociedade estruturada pelo patriarcado e pela heteronormatividade, resultando no apagamento sistemático das subjetividades lésbicas:

Congratule-se com os outros, doutôra. Eudemônia inclina a cabeça e acredita que está realmente louca... vítima de uma tara animalesca e psicosssexual. Entretanto a lésbica fornecerá à psiquiatra os últimos quadros sintomáticos que completarão o seu relatório de fatores etiológicos. Assim, agrupados em uma só síntese os sintomas revelados completarão o tratado sexual da vida de Eudemônia (Rios, 1959, p.175).

Nesse movimento, observa-se a lesbianidade não apenas como desvio a ser corrigido, articulando sua patologização à exclusão das identidades dissidentes, mas a própria expropriação da voz da personagem, cuja experiência é reorganizada segundo categorias clínicas que anulam sua autonomia e reconfiguram sua identidade como desvio.

Sob a perspectiva da teoria *queer*, Miskolci (2017) entende que a heteronormatividade funciona como um dispositivo de poder que regula os corpos e define o que é considerado aceitável ou desviante. Ao afirmar o desejo lésbico e construir uma narrativa de amor entre mulheres que não se encerra na tragédia, Eudemônia tensiona os regimes de verdade que sustentam a lógica normalizadora, um gesto simbolizado pelo reencontro entre ela e Méltia no desfecho da obra:

Pulou para cima dela e envolveu-a nos braços empolgada por uma emoção terrível que provocara a surpresa do seu aparecimento ali.
[...]
– Por que... me bate... querida... por que?...
– Oh! Meu amor... porque não há mais nada que traduza esta fúria que me enfebrece, porque eu tenho vontade de matá-la porque tenho vontade de morrer, porque eu não quero que este momento termine, nunca... nunca... Por que finalmente compreendi que sou realmente louca...
E o beijo escondeu o nervosismo que lhe fazia tremer os lábios (Rios, 1959, p. 325).

Em um campo literário e social marcado pela heteronormatividade compulsória, essa subjetividade de Eudemônia criando uma ruptura com os regimes de verdade que restringem a experiência feminina à lógica do matrimônio, da maternidade e da complementaridade com o masculino. Na obra de Cassandra Rios, particularmente em *Eudemônia*, essa construção desloca o desejo feminino do espaço da marginalidade e da culpa para o centro da experiência existencial das personagens. Trata-se de uma escrita que afirma o erotismo entre mulheres não como desvio, mas como forma legítima de busca de prazer, felicidade e realização, o que con-

fronta diretamente os discursos médicos, jurídicos e religiosos vigentes, sobretudo no contexto brasileiro do século XX, pois, segundo Rios, Eudemônia “era uma mulher cento por cento mulher com a diferença pelo instinto porque, satisfazia seus desejos sem preocupar-se com preconceitos” (Rios, 1959, p. 60).

Além disso, essa contranarrativa também se manifesta na recusa à representação da lésbica como figura trágica ou necessariamente condenada. Ainda que as personagens enfrentem conflitos, repressões e violências simbólicas, a narrativa insiste na autonomia do desejo, produzindo sentidos que desafiam a lógica punitiva que historicamente acompanha personagens dissidentes. Assim, a subjetividade lésbica é elaborada como espaço de autodefinição, no qual as personagens constroem a si mesmas a partir de suas próprias experiências afetivas e corporais e se reafirmam através delas, como nos trechos narrados, “era a lésbica, filha de um milionário” (Rios, 1959, p. 22) ou “Eudemônia Forbes, uma lésbica!” (Rios, 1959, p. 24) e “primeiramente, proferiu baixinho de si pra si, era uma homossexual” (Rios, 1959, p. 41).

Assim, a obra se constitui como um ato de resistência e afirmação de identidades *queer*, desafiando tanto o moralismo social quanto a exclusão literária. Como observa Figueiredo (2020), o cânone literário brasileiro ainda marginaliza as produções de autoria feminina e dissidente, o que reforça a importância de revisitar *Eudemônia* como documento histórico e político, um testemunho da repressão, mas também da persistência das vozes silenciadas: “veja-o no lápis prêso em seus dedos. Escreva de início a causa do castigo. A razão por que me condenaram, com letras maiúsculas. A gênese da neurose, duvido que a encontre” (Rios, 1959, p.175).

Embasada em Maria Lygia Quartim de Moraes (2013), que afirma que a força expressiva de um texto bem escrito constitui uma das formas mais potentes de transmitir experiências traumáticas, Sopelsa (2022, p. 101) observa que a escrita de Cassandra Rios é profundamente atravessada pelas sombras da Ditadura Civil-Militar, pela morte da mãe e pelo diagnóstico de sua própria finitude. Tal sobreposição de experiências pode dificultar a clareza dos relatos, uma vez que envolve obstáculos ao testemunho, à rememoração e à reaproximação de vivências-limite marcadas pela dor, pelo medo e pela privação. Ainda assim, em *Eudemônia*, a autora explicita a necessidade de narrar e reiterar sua experiência como forma de elaboração e comunicação, ao afirmar: “[...] se é necessário fazer relatórios para sínteses eu falarei e contarei tudo e repetirei quantas vezes necessárias para que compreendam” (Rios, 1959, p. 168). Nesse sentido, mesmo atravessada por impasses, a linguagem se apresenta como um gesto insistente de expressão e de partilha do vivido.

Uma verdadeira camaleoa, que se adaptava às mudanças e assumia uma face conforme o ambiente inserido; por isso, ela separava veementemente a Cassandra da Odete, era a escritora defensora dos direitos de pessoas LGBTQIAPN+ *versus* a mulher conservadora e antifeminista. Nesse sentido, Figueiredo (2020) fala sobre essa solidão da existência lésbica ao sugerir o *continuum* lésbico. A expressão é cunhada pela autora ao defender que lesbianismo tem projeção limitada e historicamente ligado a doença, e que *continuum* pode sugerir o conjunto de vivências

lésbicas, fazendo com que a existência lésbica seja vista como “um ato de resistência ao patriarcado que destruiu e apagou sistematicamente documentos, registros, arquivos, visando impor a heterossexualidade compulsória” (Figueiredo, 2022, p. 329). Adrienne Rich ainda afirma que,

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua inclusão como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez (Rich, 2009, p. 36).

Figueiredo (2020) assinala que ficções lésbicas como as de Cassandra Rios desorganizam as tradições, pois, “evidenciam como novas formas coexistem com estruturas dominantes e formações obsoletas” (p. 329). Essas narrativas não pressupõem uma origem mítica nem finalidades teleológicas; ao contrário, possibilitam a leitura de deslocamentos afetivos e a compreensão da convivência entre formas emergentes e estruturas ultrapassadas. É nesse sentido que se torna possível entender por que a escrita lésbica constituiu, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, uma ameaça tão profunda ao regime patriarcal e autoritário. Conforme Figueiredo (2020), tal escrita revela ainda que, assim como as ficções não normativas, as normativas também são apenas ficções, não correspondendo a nenhuma verdade.

Cassandra, assim como outras escritoras lésbicas expõem a heterossexualidade compulsória como uma invenção política, e não como verdade natural. Desse modo, o silenciamento de uma escritora lésbica não se reduz a um ato isolado de censura literária, mas integra um projeto mais amplo de preservação de uma ordem discursiva que era frágil. A escrita dissidente convive com as velhas estruturas, mas justamente por revelar sua obsolescência, torna-se alvo de repressão. Ao negar que o patriarcado historicamente sempre destina a mulher ao casamento, à maternidade e à reprodução da família nuclear, essas ficções como a de Rios demonstram que outras formas de vida e de sensibilidade são possíveis e dá abertura para mundos afetivos alternativos que a ditadura tentou sufocar. Além disso, o romance explicita o caráter normativo da heterossexualidade como exigência social, especialmente quando se coloca a reprodução como critério de legitimidade:

Amava a alguém que não devia, porque não reproduziria a espécie a união das duas, somente por isso, pois o aspecto de todos difere um de outro, porque também não amar o homem e o próprio sexo, conforme a atração sofrida, ou melhor, conforme o instinto? (Rios, 1959, p. 23).

A passagem reforça nossa afirmação anterior, evidenciando como o valor das relações é medido por sua função reprodutiva, expondo o fundamento biopolítica da exclusão das dissidências sexuais. Assim, a literatura lésbica, ao mesmo tempo em que denuncia abre espaço para a imaginação de formas alternativas de existência e organização afetiva, confrontando o regime no ponto mais sensível: o de que toda ordem dominante é também uma disputa por posições discursivas em que a norma se sustenta pela produção e silenciamento de narrativas dissidentes.

Como observa o professor Rick Santos, a escrita de Cassandra Rios recusa enquadrar sujeitos homossexuais como simples objetos do olhar alheio, conferindo-lhes, ao contrário, estatuto de sujeitos que pensam, escolhem e experienciam uma vida interior ordinária, atravessada por conflitos, afetos e decisões próprias (Santos, 2003). Esse deslocamento é central, pois rompe com representações que reduziam a lesbianidade a desvio, espetáculo ou anomalia, afirmando-a como experiência legítima e socialmente inteligível e dotada de complexidade subjetiva.

É justamente essa modalidade transgressiva de discurso, que dá visibilidade à lésbica como sujeito de enunciação e tensiona a hierarquização entre modos considerados altos e baixos de narração, que contribuiu para que a obra de Cassandra fosse rotulada como pornográfica e, conseqüentemente, marginalizada por grupos elitistas e heterocêntricos que exerciam controle sobre o campo literário brasileiro (Santos, 2003). A recusa em adequar-se às convenções estéticas e morais dominantes não apenas desestabiliza critérios de legitimação literária, como também expõe os mecanismos de exclusão que operam em nome de uma suposta norma cultural.

Por fim, a narrativa desloca o sentido da experiência lésbica ao reinscrevê-la como afeto legítimo, como na declaração, “o meu caso denomina-se: Amor, apenas Amor” (Rios, 1959, p. 175). Esse enunciado sintetiza o gesto político da obra, ao substituir a linguagem médica por uma linguagem afetiva, desestabilizando as categorias que sustentam a patologização. Nesse sentido, afirmar que a lesbianidade não é uma patologia e que as personagens de Cassandra Rios não se configuram nem como prostitutas nem como depravadas implica reconhecer o gesto político de sua escrita, que confronta diretamente tais estigmatizações (Figueiredo, 2022).

Ainda que essa problemática seja tematizada em *Eudemônia*, pode-se compreender o romance como uma crítica às definições moralizantes impostas às experiências lésbicas, ao evidenciar como essas categorias são construções discursivas que buscam normalizar, controlar e silenciar modos de existência dissidentes, como se observa quando a protagonista afirma que “queria explicar-lhe que estava sã, que não era realmente uma anormalidade gostar de mulher em vez de homem, porém se lembrava de que iria para a prisão onde estavam alojadas tantas criminosas e estremecia de pavor e calava” (Rios, 1959, p.22).

Portanto, a obra de Cassandra Rios afirma a lesbianidade como experiência humana possível, plural e não redutível aos rótulos impostos pelo discurso hegemônico, ocupando um lugar central na afirmação de identidades dissidentes e que a revisão de sua obra, à luz da teoria *queer*, pode contribuir para ressignificar a memória literária brasileira, inserindo vozes historicamente apagadas.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, defendeu-se que a literatura lésbica, especialmente a obra *Eudemônia*, de Cassandra Rios, constitui uma forma expressiva de resistência literária frente aos

mecanismos de censura, silenciamento e violência simbólica intensificados durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. A análise do romance, articulada aos aportes da teoria *queer* e aos estudos sobre censura e poder, evidencia que a repressão à escrita de Rios não se deu apenas por seu teor considerado obsceno, mas, sobretudo, por sua capacidade de desestabilizar a ordem patriarcal, heteronormativa e autoritária que sustentava o regime.

A obra de Cassandra Rios demonstra resistência justamente ao recusar os lugares discursivos historicamente atribuídos às mulheres e às lésbicas. Ao construir personagens que afirmam o desejo entre mulheres como experiência legítima, dotada de interioridade, afeto e agência, a autora confronta diretamente os discursos médicos, jurídicos e morais que patologizaram a homossexualidade feminina. Em *Eudemônia*, essa resistência se materializa na denúncia da medicalização compulsória, do controle dos corpos e da tentativa de silenciamento da protagonista, que insiste em afirmar sua lucidez e sua identidade frente às instituições que buscam enquadrá-la como doente ou desviada. Assim, a literatura de Rios não apenas representa a lesbianidade, mas também a afirma como existência possível e como voz que se recusa a ser apagada.

Nesse sentido, Cassandra Rios ocupa um lugar singular na história literária brasileira: ao mesmo tempo em que foi amplamente lida, foi sistematicamente censurada e excluída do cânone. Essa contradição revela como sua escrita operou como ameaça simbólica a uma ordem social que precisava controlar narrativas dissidentes para se manter. A resistência literária da autora não se dá apenas no conteúdo de suas obras, mas no próprio gesto de escrever, publicar e insistir em narrar experiências lésbicas em um contexto marcado pela repressão estatal e pelo conservadorismo moral.

Atualizar a relevância de Cassandra Rios implica reconhecer que sua literatura permanece atual justamente por evidenciar que as normas que regulam gênero e sexualidade são construções históricas e discursivas. Ao expor a ficcionalidade da norma heterossexual e do modelo patriarcal de família, sua escrita continua a dialogar com debates contemporâneos sobre identidade, representação e poder. Revisitar *Eudemônia* à luz da teoria *queer* permite compreender não apenas o passado autoritário brasileiro, mas também os modos pelos quais práticas de silenciamento e exclusão ainda reverberam no presente.

Por fim, a literatura, tal como exemplificada na obra de Cassandra Rios, afirma-se como espaço de memória e insurgência. Memória, porque registra experiências, afetos e violências que a história oficial tentou apagar; insurgência, porque transforma a escrita em um gesto político que desafia regimes de verdade e amplia as possibilidades de existência. Ao recuperar e analisar essas narrativas, contribui-se para a ressignificação da memória literária brasileira, reinscrevendo vozes historicamente marginalizadas e reafirmando a literatura como campo de disputa, resistência e imaginação de outros mundos possíveis.

Referências

- ACONTECIMENTOS de Última Hora. *Última Hora*, Rio de Janeiro, mar. 1962. Ano XI, n. 3.591, p. 2.
- BELINAZO, Juana. *Escrever é subversivo: censura a livros eróticos e pornográficos na Ditadura civil-militar brasileira*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/229628/001131088.pdf?sequence=1&i-sAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. de 2026.
- BUTLER, Judith. *Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. Trad. Renato Aguiar. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- DENEGADO habeas-corpus a Cassandra Rios. *Diário do Paraná*, Curitiba, mar. 1962. Primeiro caderno, ano VII, p. 2.
- FIGUEIREDO, Eurídice. O continuum lésbico. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020. p. 327-351.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.
- GANDARA, Nello Pedra. Cassandra Rios: Ela já vendeu mais de um milhão de livros. Entrevistada: Cassandra Rios. *Manchete*, Rio de Janeiro, nov. 1974. Ano 21, n. 1.176, p. 54-57.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. O que é possível lembrar? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 40, p. 141-167, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645073>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- OLIVEIRA, João Manuel de; PINTO, Pedro; PENA, Cristiana; COSTA, Carlos Gonçalves. Feminismos queer: disjunções, articulações e ressignificações. *Ex aequo*, n. 20, p. 13-27, 2009. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/aeq/n20/n20a03>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- POLESSO, Natalia Borges. Geografias lésbicas: literatura e gênero. *Revista Criação & Crítica*, São Paulo, Brasil, n. 20, p. 3-19, 2018. DOI: 10.11606/issn.1984-1124.v0i20p3-19. Disponível em: <https://revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138653>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- REIMÃO, Sandra Lúcia Amaral de Assis. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. 2011. 127 f. Tese (Livro-docência em Comunicação e Cultura) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/100/tde-21082015-151559/publico//PORTUGUES_livredocenciareimao.pdf. Acesso em: 20 abr. de 2026.
- REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/79684>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- RIOS, Cassandra. *Eudemônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: ND, 1959.
- RIOS, Cassandra. *MezzAmaro, Flores e Cassis: o pecado de Cassandra*. 1. ed. São Paulo: Pétalas, 2000.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*, Natal, v. 4 n. 5, pag. 17-44, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/188347855/88392921-Adrienne-Rich-Heterossexualidade-Compulsoria-e-Existencia-Lesbica>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SANTOS, Rick. Cassandra Rios e o surgimento da literatura gay e lésbica no Brasil. *Revista Gênero*, Niterói, v. 4, n. 1, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31019/18108>. Acesso em: 20 abr. de 2026.

SOPELSA, Aline. *Da censura aos livros de Cassandra Rios na ditadura militar ao ultraconservadorismo do sexênio 2016-2021: relações entre gênero, educação e literatura*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/80396/R%20-%20D%20-%20ALINE%20SOPELSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2026.